

Bancada já tem tática para garantir royalties

Deputados capixabas farão movimento para a proposta que divide royalties igualmente entre todos ser votada de forma simbólica

Fernando Mendes

A bancada federal capixaba já tem uma estratégia para tentar derrubar hoje a emenda do deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RN), que pode trazer prejuízos para a economia capixaba.

A proposta do peemedebista pretende dividir de forma igual os royalties de petróleo entre os entes da federação, depois de muitas negociações e acordos sobre como repartir os lucros do pré-sal entre União, Estados, municípios produtores e não produtores.

Reunidos na manhã de ontem no Palácio Anchieta com o governador Paulo Hartung (PMDB), os parlamentares decidiram usar uma manobra regimental para derrubar de vez a emenda de Ibsen ao projeto da partilha.

O deputado federal Carlos Renato (PDT) explica que a bancada irá fazer um movimento para que a emenda seja votada de forma simbólica, o que permite ao líder de cada bancada votar por todos.

“Os líderes vão orientar contra. O governo tem um compromisso de vetar, caso ela passe. Isso foram só líderes do governo e do PT na Câmara que me disseram. Já deixaram claro que irão vetar. Se for simbólico, vamos derrubar”, explica o deputado federal.

A deputada federal Rose de Freitas, do mesmo partido que Ibsen, vê a sessão de hoje na Câmara como perigosa.

“É uma votação de confronto. Somos nós, estados pequenos, contra a emenda do Ibsen. É uma coisa perigosa, pois muda uma regra durante o jogo”, avalia ela.



EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO: deputados capixabas confiam no governo

A peemedebista acredita ainda que, por envolver áreas já licitadas, a emenda pode trazer descrédito para a economia brasileira.

“Parece algo arquitetado, pois ninguém apresentou isso durante a confecção do relatório. Não seria um bom final para um País que está construindo grandes acordos comerciais. Precisa ter credibilidade”, argumentou Rose.

O senador Renato Casagrande

(PSB) acredita que, para virar lei mais rápido, o projeto deve chegar ao Senado já acordado.

“A ideia é resolvermos tudo na Câmara. O presidente Lula até agora está cumprindo um compromisso, e achamos que é possível mantê-lo. O acordo é bom para todo mundo. Para votar com rapidez no ano que vem, tem que fechar direitinho na Câmara”, disse.

FIQUE POR DENTRO

Municípios produtores são prejudicados

O que é o pré-sal?

> **GRANDES** reservatórios de petróleo e gás natural, situados entre 5 mil e 7 mil metros abaixo do nível do mar, sob uma espessa camada de sal.

Província do pré-sal

> **ÁREA** total: 149 mil quilômetros quadrados, que se estendem do litoral do Espírito Santo até o estado de Santa Catarina.

> **DESSA** área, 42 mil quilômetros quadrados (28%) já foram licitados.

Atual modelo de concessão

> **CONSIDERADO** adequado às áreas de alto risco e baixa rentabilidade.

> O **ÓLEO** e o gás são monopólio da

União, quando no subsolo. Mas, retirados do poço, são propriedade do concessionário que o explorou.

> **A UNIÃO** recebe royalties, participações especiais e bônus.

> **O REGIME** de concessão deverá continuar para a exploração dos campos fora da área do pré-sal.

Proposta para o modelo de partilha

> **E META** é assegurar à nação maior parcela de óleo e gás. Parte do produto é da empresa, parte é da União.

> **A EMPRESA** contratada realizará todas as operações de exploração por sua conta e risco e será reembolsada em óleo pelos investimentos, de

acordo com os termos da partilha.

> **O EXCEDENTE** em óleo será repartido entre União e concessionárias, segundo regras estabelecidas.

> **NO MODELO** de partilha, a União receberá bônus e royalties.

> **DEIXA** de existir a participação especial (PE).

> **A DIVISÃO** para áreas já licitadas prejudica o Estado, pois os municípios produtores deixam de receber 26,25% para receber 18%.

> **UM POUCO DESSA** perda é compensada nas áreas não licitadas, onde a divisão passou a ser em cima de 15%, e não mais de 10% do total.